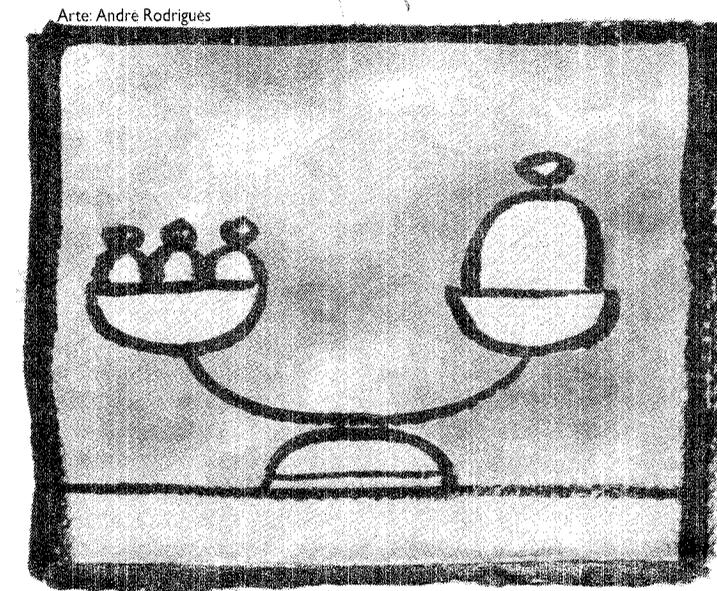


# O RISCO DA TEMERIDADE

Josaphat Marinho

Nas democracias, o poder político há de buscar sempre soluções de equilíbrio, sobretudo nos momentos de crise. Quando a sociedade é abalada por desajustamentos extensos, a prudência, melhor dito, o senso de justiça aconselha não os agravar. Quem exerce função de governo, como o Poder Executivo e o Legislativo, tem o ônus de impedir e não estimular a marcha para o abismo. Uma das formas de evitá-lo consiste no esforço permanente de tentar reduzir e não de ampliar a desigualdades sociais e econômicas. Não é compreensível, sequer, dar a impressão de que subestima a gravidade dos desequilíbrios. Os que padecem não têm poder ilimitado de conter seus sofrimentos. O infortúnio, tanto quanto a fortuna, provoca impulsos desmedidos.

O poder de disciplinar as soluções, no ato de administrar como no de legislar, não é apenas manifestação de soberania. Além de ser produto de reflexão, deve exprimir o sentimento coletivo, como tradução do juízo comum a respeito de dificuldades gerais. Se administrar e legislar não equivalem a tratar de interesses isolados, mas de problemas da comunidade, esta não pode ser estranha aos objetivos regulados. Quanto maior for a solidariedade do corpo social às decisões políticas, tanto mais eficácia terão elas. Ao contrário, se há uma distância indicativa de desconhecimento, bem pode ocorrer que a medida oficial não encontre apoio mas



repulsa da consciência geral. E corre o risco de não vingar, ou de ser repelida, como já se apurou com muitas deliberações. A "lei malara" do fim do Estado Novo, destinada a manter a imprensa amordaçada, não encontrou condições de ser aplicada. Inversamente, a lei que aboliu a escravidão, apesar da reação dos proprietários de servos, com o apoio da maioria garantiu a libertação declarada.

No momento, entre outros projetos que transitam no Congresso Nacional, requer larga ponderação o que visa a conceder redução de dívidas de proprietários rurais. Antes de tudo, é imperioso distingui-los. Há grandes, médios e pequenos proprietários de terras. As situações são diversas pela origem das dívidas e por suas consequências. Uns experimentam

angústias por não terem, rigorosamente, como obter recursos para tornar a terra produtiva, ou manter a produção do que já foi plantado. Outros, pela extensão das terras possuídas ou do crédito de que dispõem, podem obter empréstimos. Se o mercado financeiro está retraído, não se trancou de todo, e as dificuldades devem ser enfrentadas pelos que mais podem, no jogo dos negócios. Ou obstáculos não devem igualar os que têm poder econômico desigual. É preciso apurar e graduar bem os sofrimentos, inclusive investigando suas origens, para, se for próprio, aplicar e dosar o remédio legal. As cautelas do Poder Executivo, no caso, são precedentes. A rica publicidade de uns e a modesta presença de outros proprietários mostram que cabe tratamento diferenciado.

Demais, cumpre ver a situação de outros grupos sociais que estão no desamparo, a começar pelos que não têm terra. Temos assinalado nesta coluna que há quatro anos os servidores públicos não recebem qualquer melhoria de remuneração. Os salários dos trabalhadores estão contidos pela diminuição das atividades econômicas. O último aumento de salário mínimo não alcançou a cifra de dez reais. Em medida provisória recente, aposentados e pensionistas foram prejudicados em seus direitos, pela denegação de vantagem criada para os servidores em atividade de certas carreiras. Estabelecimentos comerciais e industriais entram em colapso. O Ministério da Educação amplia exigências para a concessão do crédito educativo, porque cresce a inadimplência, em parte pela pobreza de beneficiários. O ministro da Saúde teme a limitação de recursos para serviços essenciais, que não são devidamente atendidos. Estados e municípios vivem regime de penúria.

Nesse quadro de restrições e de deficiência de recursos, de crianças abandonadas pelas ruas, é temerário reduzir dívidas de proprietários rurais, sem severa diferenciação entre eles, e diminuindo a receita pública em vultosa soma. Isso não será fazer justiça, mas provocar indignação, sobretudo dos economicamente mais fracos.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia